



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: *Democracia, Participação Popular e Novas Resistências*
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo 8: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Questão social, Racismo e Serviço Social: um diálogo necessário

Resumo: Os dados e estatísticas evidenciam como a população negra é alvo de diversas violências, fato que permanece ao longo da formação social brasileira, tendo em vista que esta população historicamente foi impedida de ter acesso a direitos básicos como existir. Nesta direção, faço um breve resgate de bibliografias que sinalizam e defendem a indissociabilidade entre o racismo e a questão social e que propõe o debate a partir de uma perspectiva marxista, histórica e dialética. Com o caminho aqui traçado, fica evidente como a luta antirracista e anticapitalista, ao contrário da oposição que foi construída, na verdade, são lutas indissociáveis quando temos como horizonte a construção de uma sociedade livre de todas as formas de exploração, dominação e opressão.

Palavras-chave: Questão social; Racismo; Formação social brasileira; Serviço Social.

Social Issues, Racism and Social Work: A Necessary Dialogue

Abstract: The data and statistics show how the black population is the target of various forms of violence, a fact that remains throughout the Brazilian social formation, given that this population has historically been prevented from having access to basic rights such as existing. In this sense, I make a brief review of bibliographies that signal and defend the inseparability between racism and the social question and that propose the debate from a Marxist, historical and dialectical perspective. With the path here traced It is evident how the anti-racist and anti-capitalist struggles, unlike the opposition that has been built, are in fact inseparable struggles when we have as our horizon the construction of a society free from all forms of exploitation, domination and oppression.

Keywords: Questão social; Racismo; Formação social brasileira; Serviço Social.

1 Considerações Iniciais

“Minha voz, uso pra dizer o que se cala” (Elza Soares, 2018).

Durante a pandemia da Covid-19, viralizou o discurso de que o vírus era democrático e atingia todas as pessoas, sem distinção. No entanto, a primeira pessoa no Brasil a falecer foi uma mulher negra, periférica, trabalhadora doméstica. Início retomando este fato, porque, em certa medida, ele representa algo muito presente na realidade brasileira que é o mito da democracia racial.

Os dados e estatísticas acerca das diversas expressões da questão social evidenciam como a população negra é a maior afetada, mas no discurso ainda é presente falas e análises que secundarizam a questão racial, como se não fosse um elemento que estrutura essa sociedade.

Além dessa secundarização, muitas vezes expressa pelo “mas isso acontece com todo mundo” ou “é difícil pra todo mundo”, temos a naturalização dessa violência, como são os corpos negros que são mortos, o impacto não é o mesmo pra sociedade. Pelo contrário, a morte ainda é justificada: “o adolescente é morto, mas é porque tinha envolvimento com o tráfico”. Na verdade, nem é tratado como adolescente. No imaginário, a criança negra na rua sozinha tá pedindo, mas a criança branca pode estar perdida.

Isto diz muito sobre como é naturalizada a violência contra os corpos negros desde a gestação até a vida adulta, como aponta Eurico (2023), mas diz também que se naturalizamos não há compromisso com a transformação dessa realidade e também, se negamos o lugar estrutural que o racismo ocupa, também não conseguimos enfrentá-lo.

É nesta direção que o presente trabalho busca fazer uma breve reflexão acerca do debate da questão social e a sua indissociabilidade do racismo na realidade brasileira. Para isso, inicio a discussão apresentando o debate acerca da “nova” questão social, visto que esta é uma concepção que tem impactos na postura e na estratégia assumidas pelo Estado. Posteriormente, sinalizo as diretrizes expressas nas diretrizes curriculares acerca da questão social e como há um avanço significativo do debate do racismo como constitutivo da formação social brasileira e, portanto, indissociável da questão social.

2 Questão social, racismo e Serviço Social

O debate acerca da questão social é permeado de diversas perspectivas e abordagens que vão fundamentar também diferentes formas de enfrentamento e intervenção. Com as transformações no mundo do trabalho e seus rebatimentos na dimensão social - como a acentuação da pobreza e do desemprego - começa a ser difundida a ideia de que estaríamos diante de uma “nova” questão social. No entanto, esta não é a perspectiva que adotamos para análise neste trabalho.

Nesta direção, é importante sinalizar qual a concepção de questão social que nos orienta, visto que há um debate conservador que entende a questão social por um viés individualizante e moralizador que contribui para a manutenção desse sistema. Na contramão dessa concepção, compreender a questão social como uma produção dessa sociedade capitalista nos possibilita desnaturalizá-la, além de possibilitar também a

compreensão do protagonismo dos sujeitos na luta e defesa dos direitos, o que não encontramos em Castel e Rosanvallon, por exemplo.

As relações sociais produzidas pelo modo de produção capitalista entre os trabalhadores e os capitalistas são marcadas pela contradição, pelo antagonismo, e se constitui como uma disputa de interesses contrários na cena política. É nesta direção que Santos (2012, p. 30) afirma que “as lutas de classes são ineliminavelmente constitutivas da ‘questão social’”.

Esta perspectiva crítica acerca da questão social representa um marco na história da profissão, como colocado por Santos (2012, p. 18), um dos “patrimônios intelectuais do Serviço Social Brasileiro” exatamente porque supera a concepção conservadora e tradicional, bem como possibilita a construção de outras formas de intervenção e exercício profissional, de um projeto profissional que tem como horizonte um projeto de sociedade livre de todas as formas de exploração e opressão.

Como podemos ver, o debate acerca da questão social é muito caro ao Serviço Social. E isto está expresso também nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS que sinalizam a necessidade de:

um trato rigoroso da questão social e de suas particularidades na realidade social, o trabalho e a ética, em uma perspectiva ontológica, se expressam em eixos transversais para a compreensão das diretrizes curriculares, categorias assentadas em uma perspectiva crítica e dialética” (Abepss, 1996).

Com base nessa diretiva, nas últimas décadas temos observado uma série de produções no Serviço Social Brasileiro que sinalizam como o debate acerca da questão social não deve ser dissociado da questão racial. Isto evidencia não só um avanço no debate das relações étnico-raciais, mas sim um aprofundamento da análise da questão social no processo de formação social brasileiro.

Nesta direção, a ABEPSS (2018) publicou o documento que apresenta algumas contribuições para pensar o debate das relações étnico-raciais no processo de formação profissional do Serviço Social.

Considerando que a questão étnico-racial se constitui como um elemento estruturante das relações sociais e, assim, deve ser apreendida com profundidade e em toda a sua complexidade histórica, é subjacente a necessidade de materializar nos currículos e nas propostas pedagógicas (PPCs) um conjunto de disciplinas e atividades de ensino, pesquisa e extensão que promovam na graduação e pós-graduação uma *gradativa e efetiva superação da secundarização ou “tematização” da questão étnico-racial na formação, muitas vezes apreendida no viés culturalista e/ou como um segmento a ser abordado no conjunto da sociedade*. Vários estudos apontam para os riscos desta fragmentação e silenciamento/ secundarização

do debate na formação no Serviço Social no âmbito da graduação e da pós-graduação e, nesse sentido, podemos citar Rocha (2014), Almeida (2016), Dias Almeida (2015), dentre outras. Cabe destacar que em cada um dos Núcleos de Fundamentação precisam comparecer conteúdos que sustentem *uma formação antirracista*. Ela deve ser parte de um perfil intelectual e profissional capaz de se desenvolver com os rigores teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que desafiam a profissão no seu exercício cotidiano, decifrando as mediações para a compreensão do real e sustentando o trabalho profissional que tem junto à população negra possibilidades de desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento de processos de acesso aos direitos, da auto-organização da classe e da superação do racismo institucional (Eurico, 2017) (ABEPSS, 2018, p. 430, grifos nossos).

Este documento expressa como é indispensável a incorporação das relações étnico-raciais no processo de formação e sinaliza os caminhos para sua efetivação. Incorporação esta, que como sinalizada, precisa ser realizada com base em uma perspectiva de totalidade e não de fragmentação. Não como uma pauta pós-moderna e por isso algo menor, mas uma incorporação com rigor teórico que seja capaz de evidenciar a complexidade que emana da articulação constitutiva entre capitalismo e racismo. Como alerta Mattos (2019, p. 67) “A questão racial, nesse sentido sociológico, não pode ser confundida com outros critérios de identidade, justamente pelo peso histórico das relações sociais que engendraram e continuam a sustentar o racismo nas sociedades capitalistas”.

Desde a década de 1980, temos assistentes sociais, mulheres negras, comprometidas com a luta antirracista na profissão e também fora dela (Abepss, 2018). Nas últimas décadas, vemos um aprofundamento crescente acerca do debate das relações étnico-raciais na profissão. Processo que se dá, dentre outras causas, pelo acesso da população negra ao ensino superior e que se manifesta, também dentre várias formas, sobretudo, pelo aumento da produção intelectual. Ainda que como sinalizado por Almeida (2023), Madeira (2022), Rocha (2014) o debate das relações étnico-raciais ainda não seja uma realidade nos cursos de graduação e pós do Serviço Social, sendo muitas vezes pautado por professores substitutos e/ou por docentes que são negras/os e, em sua maioria, pelo questionamento e pelas contribuições dos próprios discentes.

Sinalizadas estas questões, é possível identificar o exercício de alguns intelectuais que têm se dedicado a um estudo rigoroso a partir do método materialista histórico e dialético de diversos processos, como por exemplo, a formação social brasileira, o capitalismo dependente, o encarceramento em massa, a saúde mental, a política social, os movimentos sociais, dentre outros que evidenciam como o racismo

sendo estrutural e estruturante das relações sociais (Almeida, 2019) se configura também como uma chave de análise indispensável (Correa, 2022).

Neste momento, tendo em vista o debate aqui proposto, sinalizaremos alguns autores/as que têm se dedicado a pensar a questão social na realidade brasileira, suas determinações e particularidades, o que necessariamente, a partir de uma análise de totalidade, requer o resgate de como se dão as relações étnico-raciais neste território.

Como sinalizado no documento produzido pela Abepss, é comum algumas análises que tomam a questão racial como expressão da questão social. Esta perspectiva contribui para a subalternização do debate, como sinalizado por Gorender (2001) e também por Moura (1987). De acordo com Gonçalves (2018, p. 515) “a questão racial não é apenas expressão da questão social, ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro”. Este posicionamento também já foi sinalizado por Silva e Fagundes (2022) Eurico (2018), Magali Almeida (2015), Sheila Almeida (2015), Martins (2012).

Por certo a posição aqui tomada, não entende a questão étnico-racial enquanto um reflexo ou uma expressão da “questão social”. O método materialista histórico e dialético nos convida a pensar as categorias de análise imbricadas no movimento da realidade, a relação universal-singular-particular na sua totalidade e as contradições orgânicas e relacionais dos fenômenos, o que determina as especificidades e contornos objetivos da “questão social” nestes trópicos (Correa, 2022, p. 10).

Nesta direção de análise, temos Clóvis Moura, um intelectual marxista fundamental para compreender esse processo de formação social brasileira. Em sua análise sobre a escravidão, divide em dois momentos que são complementares, mas com características distintas: o escravismo pleno, que vai de 1500 até 1850 e o escravismo tardio que vai de 1850 a 1888. O escravismo tardio marca esse processo de transição do escravismo para o capitalismo dependente. Dentre as características desse segundo momento, Moura (1987) relata o processo de modernização e urbanização sem mudanças nas relações de produção, a importação do trabalhador livre e o desequilíbrio da oferta de força de trabalho, bem como a desqualificação do trabalhador nacional, a subordinação em diversos setores ao capital monopolista, sobretudo inglês.

Esse capital, aqui investido de diversas maneiras e naquelas áreas estrategicamente relevantes para um processo autônomo de desenvolvimento da nossa economia, criou as razões do nosso subdesenvolvimento que perdura até hoje de forma cada vez mais traumática. [...] Os ingleses

modernizaram o Brasil, mas através de estratégias de subordinação - sutis ou abertas - que determinaram progressivamente, à medida que nos endividávamos, esse processo de dependência (Moura, 2014, p. 87).

A dominação inglesa, se deu em setores estratégicos como: comunicação, transporte, comércio e etc. Como apontado por Moura (2014) nos lugares em que havia possibilidades de desenvolvimento foi totalmente dominado pelo capital inglês, que também estabeleceu estratégias para impedir o desenvolvimento da economia brasileira. Essa entrada do capital estrangeiro, como colocado por Fernandes (2006), vai impactar não somente neste processo de transição do escravismo para o capitalismo dependente. Pelo contrário, vai ser um elemento fundamental que vai impactar a forma como o desenvolvimento econômico capitalista vai se constituir aqui.

No escravismo tardio, segundo Moura (1987, p. 51), temos a combinação de relações escravistas e capitalistas, mas com uma característica própria: “essas relações capitalistas, no que elas têm de mais importante e significativo, não surgiram preponderantemente da nossa acumulação interna, mas foram injetadas de fora, implantadas por todo um complexo subordinador que atuava no pólo externo”.

Na combinação entre continuidades e a inserção de outros processos, nesta segunda fase da escravidão, temos mudanças nas estratégias de repressão dos escravizados e nas estratégias de luta, mas algo permanece, que é exatamente a situação do escravizado, tido como coisa, propriedade. E este é um elemento constante, que vai deixar bastante delimitado qual o lugar do negro nesta sociedade.

Para isso, aqui no Brasil, a Lei de Terras foi publicada antes da Abolição. Ou seja, todo o aparato jurídico já buscou vias de garantir que a população negra não tivesse acesso às terras. Como apontado por Moura (2014, p. 118), a Lei de Terras ao impedir o acesso da população negra às terras e criou “os mecanismos de dependência dos sem-terra que perduram até hoje”.

Nesta perspectiva de análise, Souza (2020) ao analisar esse processo de transição, argumenta que o monopólio da terra e o racismo se constituem como bases fundamentais no processo de superexploração da força de trabalho.

Isso requer apreender, no processo histórico da transição, o modo como esses elementos [monopólio da terra e o racismo] se configuraram no âmbito da superação dialética do modo de produção escravista colonial pelo modo de produção capitalista. Do monopólio escravista da terra, resultou o monopólio capitalista da terra. Da dominação escravista do trabalho e do trabalhador, resultou o racismo como arma ideológica de dominação do

conjunto dos trabalhadores “livres” - assalariados ou não (Souza, 2020, p. 110).

Deste modo, é possível afirmar que à população escravizada, após a abolição, foi negada qualquer possibilidade de acesso à terra e a direitos básicos. Isto porque, no próprio processo de transição já foram sendo garantidas, de diversas formas, estratégias de alijamento da população negra da terra e do trabalho formal com garantia de direitos. Essa particularidade da decomposição do trabalho escravo é fundamental para compreendermos a não integração da população negra como uma política deliberada (Souza, 2020).

Todos os investimentos foram feitos em benefício do trabalhador estrangeiro, cria-se a hierarquia entre brancos e negros, em que o branco é apto ao trabalho intelectual e os negros ao trabalho braçal, mas além disso, argumenta-se uma inaptabilidade dos negros ao trabalho, tratados como preguiçosos, indolentes, criminosos. Assim, mantém-se as classes senhoriais, mesmo após a desagregação do sistema escravista, como classe dominante e garante a subalterna incorporação do negro no mercado de trabalho.

Há, finalmente, a contradição que se estabelece entre o trabalhador negro, recém-saído da escravidão, quase sempre desempregado ou na faixa do sub-emprego, e o trabalhador branco, estrangeiro, que veio para suprir de mão-de-obra uma economia que entrava em um modelo econômico já condicionado pelo imperialismo. Por isto mesmo necessitava de um contingente marginalizado bem mais compacto do que o exército industrial de reserva no seu modelo clássico europeu. Havia necessidade da existência de uma grande franja marginal capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa franja foi ocupada pelos negros, gerando isto uma contradição suplementar (Moura, 1983, p. 133).

O que era tratado como questão do negro, era na verdade as relações capitalistas que se impunham e, para manter essas relações, era necessário um aparelho repressivo forte - o que podemos identificar no próprio histórico de legislações penais - para conter o “problema do negro”, sua predisposição ao ócio e as questões tidas como próprias dessa população. Desta forma vai se constituindo o lugar destinado a essa população: “Egressos(as) das senzalas, foram encurralados(as) nas áreas mais precárias para fincar suas moradias, constituindo as primeiras aglomerações de favelas e compondo a grande franja de marginalizados(as) criada pelo modo de produção que surgia” (Gonçalves, 2018, p. 517).

Neste sentido, Fagundes (2021) sinaliza como o racismo é um elemento central que estrutura e configura a superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente brasileiro. Segundo Marini (2005), a superexploração da força de trabalho é a forma como os países dependentes compensam a transferência de riqueza que as economias centrais absorvem, e ela se dá por meio de alguns mecanismos: a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário para o trabalhador repor sua força de trabalho.

A política de imigração adotada pelo Estado gerou um excedente de força de trabalho. Ou seja, temos uma enorme oferta de força de trabalho que é superior às necessidades do mercado de trabalho, o que garante condições para o rebaixamento da força de trabalho. “A população excedente constituiu-se historicamente com uma composição majoritária de trabalhadores negros e negras. É essa população o produto necessário para a acumulação de capitais e também sua alavanca de reprodução” (Fagundes, 2021, p. 11).

O elemento racial aqui é fundamental, já que como sinalizado por Souza (2020), no capitalismo dependente brasileiro, há uma transferência de parte substantiva dos custos da reprodução do capital para a parcela negra da classe trabalhadora, sobretudo às mulheres negras. Em outros termos, a remuneração da força de trabalho abaixo do valor se dá de maneira distinta no conjunto da classe trabalhadora. Isto porque, a superexploração não se dá somente na dimensão econômica, mas pressupõe a dominação e a opressão que se consolida por meio do racismo, portanto, superexploração da força de trabalho e racismo são indissociáveis (Souza, 2020).

Este processo não é algo acabado. Pelo contrário, quando nos atemos às estatísticas, podemos identificar como é a população negra que lidera o ranking do desemprego, da informalidade, do trabalho precarizado, subalterno e sem proteções trabalhistas. De acordo com os dados do IBGE, 72,9% das pessoas desempregadas são negras. Segundo os dados do mesmo Instituto, a população negra corresponde a 47,3% em trabalho informal, enquanto a população branca corresponde a 34,6% (Agência Brasil, 2019). A população negra também é maioria com menores rendimentos, brancos recebem 56,6% a mais que negros (Uol, 2020). Ainda segundo os dados do IBGE (2015), a população negra ocupa os piores postos de trabalho: atividades braçais 85,9%, serviços domésticos 64,7% e construção civil 63,9% (Uol, 2020).

De acordo com os dados do Anuário de Segurança Pública de 2023, 68,2% da população encarcerada é negra. Conforme sinalizado pelo Atlas da Violência (2019) 77% das vítimas de homicídio no Brasil são negras (Ipea, 2019). Segundo o IBGE (2021), da população abaixo da linha da pobreza, a população negra corresponde a 71%, enquanto entre os brancos é de 27%. Os dados acerca do acesso à educação também revelam esse abismo, de acordo com o IBGE (2022) a taxa de analfabetismo entre os negros é de 7,4%, a primeira vez abaixo de 8, e da população branca é 3,4%. Dos jovens em idade escolar, que estão fora da escola, os jovens negros correspondem a 70% e os brancos a 28% (Instituto Unibanco, 2023).

Esses são só alguns dados que evidenciam como a questão racial é “constitutiva da relação entre capital e trabalho e seus desdobramentos” (Silva, Fagundes, 2022, p. 224). Ou seja, como apontado por Yamamoto (2001, p. 10), “a análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho”, e como sinalizado, as configurações assumidas pelo trabalho no processo de transição do escravismo para o trabalho livre tiveram como elemento estrutural e estruturante o racismo, assim como os dados apresentados evidenciam a continuidade dessa relação (Almeida, 2019).

Neste sentido, o desemprego, a informalidade, as formas precárias e sem proteção social não atingem de forma equânime o conjunto da classe trabalhadora. Pelo contrário, como sinalizado, no processo de formação sócio-histórica brasileira, a trajetória da população negra se constitui no desemprego, na informalidade e no trabalho precário e subalternizado e isto se dá exatamente pelo racismo, o que vai determinar também que a população negra seja majoritariamente alvo das inúmeras expressões da questão social (Martins, 2014).

Ora, se a estrutura da “questão social” é revelada pela lei geral da acumulação capitalista, não devemos esquecer que essa lei, apesar de “opera[r] independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza” (Netto, 2001, p. 48). Portanto, no Brasil, “as marcas da escravidão e do racismo não deixam de mediar as relações e os processos engendrados pelo seu ‘capitalismo tardio’ (Martins, 2013, p. 14) e, conseqüentemente, interferem, agravam e aprofundam a conformação da “questão social” (Martins, 2014, p. 114).

Como já sinalizado, se a questão social implica exploração, opressão, ela também é resistência, rebeldia e, diferente do que é comumente propagado acerca do povo brasileiro ser um povo passivo, obediente e cordial, Moura apresenta como

historicamente o povo negro se organizou, lutou e resistiu às diversas imposições do processo de escravização.

Edison Carneiro (2011), no processo de sistematização dessas lutas, sinaliza a existência de três formas fundamentais da luta dos escravizados: 1) a revolta organizada com o objetivo de tomar o poder, por exemplo, a Revolta dos Malês; 2) a insurreição armada, como a Balaiada no Maranhão e; 3) a fuga que resultava na formação dos quilombos. Clóvis Moura (2014) acrescenta mais duas formas, que seriam as guerrilhas e a participação em movimentos inicialmente liderados por brancos, mas que vão ter forte presença da população negra.

Sinalizar essa diversidade de estratégias e formas de lutas presentes na história da formação social brasileira é extremamente necessário. Primeiro, porque nos trazem elementos concretos que confrontam a ideia de uma democracia racial, de uma passividade e conformação do povo negro ao processo de escravização. Segundo, porque recuperar essa trajetória de luta pode contribuir com as lutas do presente, visto que embora estejamos em outro momento histórico, muitos elementos permanecem.

Neste sentido, como também sinalizado por Oliveira (2014), somos um povo herdeiro de uma tradição de lutas e resistências e também, não só na dimensão de resistir ao que é colocado, mas de construir outras formas de organização e de vida, como a experiência dos quilombos, por exemplo, em que negros, indígenas e brancos se organizavam em outra dinâmica que não a escravização e a exploração.

Essa luta e resistência não se restringe ao período de escravização, ainda que as estratégias assumidas em cada momento histórico sejam distintas, a luta da população negra é um elemento que está presente ao longo de toda a história. Inclusive nas respostas institucionalizadas pelo Estado para as expressões da questão social.

Nesta direção, vale ressaltar a presença e a importância da população negra no processo de constituição da política social, fato apontado por Costa (2020). A autora evidencia como as experiências diaspóricas de organização coletiva da população negra são fundamentais para a constituição da política social na realidade brasileira e como as/os trabalhadoras/es negras estão presente na origem da política social como “sujeitos históricos” (Almeida, 2009), e o fizeram a partir da construção de formas próprias de sociabilidade que vão incidir nos sindicatos, nas greves e outras formas de organização. “Tudo isso foi protagonizado por aqueles que têm sido meramente citados episodicamente na história da política social brasileira ou mesmo vêm passando em

branco” (Costa, 2020, p. 81). Isto é relevante, tanto do ponto de vista de uma outra perspectiva da história de resistência da população negra como da própria história desse país, de suas lutas, conquistas, avanços e retrocessos.

3 Considerações Finais

Iniciamos esse trabalho sinalizando uma perspectiva teórica que argumenta a existência de uma nova questão social. Esta abordagem fundamenta uma prática, e como sinalizado por Behring (2023), as ações adotadas pelo Estado também são resultado da influência dessas teorias nos Organismos Internacionais e, portanto, na realidade brasileira. Embora esta não seja a perspectiva que orienta a construção desse artigo, é necessário sinalizar a sua repercussão exatamente por se tratar de respostas dentro do âmbito do Estado que não colocam em xeque a continuidade do capital.

Por outro lado, temos a concepção de questão social fundamentada na teoria marxista que compreende que a única resposta possível para a questão social é a destruição do modo de produção que a constitui. Neste sentido, as elaborações acerca da formação social brasileira e seus desdobramentos a partir de uma análise antirracista contribui para um reposicionamento da população negra na historiografia brasileira e indica, ratifica que se o nosso compromisso ético-político é com a construção de uma sociedade livre de todas as formas de exploração, opressão e dominação, a luta contra o capitalismo não pode ser dissociada da luta antirracista, como já apontado por diversas/os autoras/es.

Nesta direção, não pretendemos concluir, mas o breve percurso aqui sinalizado, indica como uma chave de análise antirracista pode contribuir com o aprofundamento da compreensão acerca da realidade brasileira, que ao longo do tempo e da história teve e por vezes ainda tem, apagada e invisibilizada a construção e protagonismo da população negra e indígena. Como nos ensina sankofa, é preciso olhar para o passado e recuperar o que a ideologia do branqueamento, do racismo científico, da democracia racial dentre outros insistiram em apagar, subalternizar, esconder, para que, no presente, com a tradição de lutas que nos gesta, possamos desnaturalizar o genocídio da população negra.

Acreditamos que as obras aqui sinalizadas, juntamente com tantas outras, desempenham esse papel, porque ao tratar da questão social, da política social, do trabalho, da formação social brasileira a partir do método materialista histórico e

dialético compreendem o racismo como estrutural e estruturante dessas relações (Almeida, 2019) e isto, é determinante do ponto de vista da práxis, tanto no que se refere ao cotidiano do exercício profissional do assistente social, como no âmbito de uma construção coletiva mais ampla de outra sociabilidade.

Portanto, é possível afirmar que o debate aqui proposto contribui e dialoga com as diretrizes da ABEPSS e do conjunto CFESS/CRESS no âmbito da discussão das relações étnico-raciais. Como exposto, a população negra é afetada de forma acentuada pelas diversas expressões da questão social, o que indica, dentre outras questões, como a racialização dessa população agudiza essas expressões. Por outro lado, como tão bem exposto por Costa (2020), essa população não só é hoje a maior usuária das políticas sociais, mas foi protagonista na sua construção e isto, não pode ser menosprezado, porque se não se reconhece que os “nossos passos vêm de longe” não se sabe em que direção lutar.

Referências

ALMEIDA, Magali da Silva. **Das Irmandades negras dos séculos XVII a XIX às políticas sociais contemporâneas**: uma necessária reflexão sobre a invisibilidade do negro como sujeito histórico. In: BABAWALE, T. et al. (Orgs). Teaching and propagating African and diaspora history and culture. Centre for Black and African Arts and Civilization, 2009. p. 817- 833.

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Revista Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, n. 34, v. 12, p. 131-154, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/15086>. Acesso em: 24 ago. 2023.

ALMEIDA, Sheila. Dias. Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. **Temporalis**, Brasília, ano 15, n. 29, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7182>. Acesso em: 14 jul. 2023.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Sheila Dias. **Unidade no diverso ou inclusão sem pertencimento?** Análise da Educação Superior e das políticas de ações afirmativas nas pós-graduações em Serviço Social no Brasil. 2023 229 f. (Doutorado em Serviço Social) Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: Plataforma Sucupira (capes.gov.br). Acesso em: 14 jul. 2023.

AGÊNCIA BRASIL. **Negros são maioria entre desocupados e trabalhadores informais no país**. 2019. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/negros-sao-maioria-entre-desocupados-e-trabalhadores-informais-no-pais>. Acesso em: 18 set. 2023.

ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Lei de Diretrizes Curriculares**. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, nov. 1996.

ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em serviço social**. Vitória: ABEPSS, dez. 2018. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso: 20 jul. 2023.

CARNEIRO, Edison. **Quilombo dos Palmares**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CASTEL, Robert. **A Insegurança Social**. O que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 2005.

CORREA, André Henrique Mello. Diretrizes Curriculares: “questão social”, questão étnico-racial e realidade brasileira. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 22, n.2, p. 422-445, jul. / dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/38269/25285>. Acesso: 10 maio. 2023.

COSTA, Gracyelle. Trabalhadores negros na origem da política social brasileira. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, 2º Semestre de 2020 - n. 46, v. 18, p. 68 - 84. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/51982>. Acesso: 10 set. 2023.

EURICO, M. Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 414-427, jul./dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14947. Acesso em: 24 ago. 2023.

EURICO, Márcia. Racismo como fator de risco na vida de crianças e adolescentes. In: FÁVERO, Eunice.; NOVA, Adeildo. **Racismos, infâncias e juventudes** : entre a (des)proteção, o extermínio e a educação. São Paulo: EDUC: PIPEq, 2023, p. 14-29.

FAGUNDES, Gustavo. Relações Raciais no Brasil e a superexploração da força de trabalho: apontamentos e um breve diálogo. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, v. 14, n. 00, p. e021015, 2021. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/15146>. Acesso: 20 jul. 2023.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ª. ed. São Paulo: Globo, 2006.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, 2018.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2001.

IAMAMOTO, Marilda. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jul. 2001.

INSTITUTO UNIBANCO. Desigualdade Racial na Educação, 2023. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/desigualdade-racial-na-educacao>. Acesso em: 10 ago. 2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2019**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/6363-atlasdaviolencia2019completo.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**. In _____. Ruy Mauro Marini. Vida e obra. TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2005. Disponível em: [Dialética da Dependência \(marxists.org\)](http://marxists.org). Acesso: 12 set. 2023.

MARTINS, T. C. S. **Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil**. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2012.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 113-132, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7077/6148>. Acesso: 21 jul. 2023.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Avanços e desafios do debate sobre a questão racial no Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, v. 22 n. 44 (2022): Serviço Social na América Latina: história, projetos e direção ético-política.p.75-90, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/39047>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MOURA, Clóvis. **Da insurgência negra ao escravismo tardio**. Estudos econômicos, São Paulo, v. 17, n. 9, Especial,, p.37-59, 1987. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/157407>. Acesso: 20 jul. 2023.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil Negro**. 2ª. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois coedição Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. Escravismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. **Revista Afro Ásia**, Salvador, n. 14, 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/issue/view/1448/showToc>. Acesso: 10 jun. 2023.

OLIVEIRA, Dennis de. In: MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil Negro**. 2ª. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois coedição Anita Garibaldi, 2014.

PASTORINI, Alejandra. **A Categoria “Questão Social” em debate**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

ROCHA, R. F. **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social: avanços e desafios**. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ROSANVALLON, Pierre. **A Nova Questão Social: Repensando o Estado Providência**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social” – particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

SOARES, Elza. **"O Que Se Cala"**, 2018. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/elza-soares/o-que-se-cala/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SILVA, Sandra Regina Vaz.; FAGUNDES, Gustavo. Clóvis Moura e a questão social no Brasil. **R. Katálysis**, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 222-231, maio-ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/nyRfvjnkdzVnSTNk4LPZGYw/>. Acesso: 18 abril 2023.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Racismo e Luta de Classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2020.

UOL Economia. **Abismo econômico entre brancos e negros persiste**. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadaoconteudo/2020/07/20/abismo-economico-entre-brancos-e-negropersiste.htm#:~:text=Em%202012%2C%20in%20C3%ADcio%20da%20s%20C3%A9rie%20hist%20C3%B3rica%20do%20IBGE,m%20C3%A9dia%20C%2056%20C6%25%20a%20mais%20que%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20negra>. Acesso em: 18 jul. 2023.